

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONDUTOR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA<sup>1</sup>

Daniela Mascarenhas Cerqueira, Flávia Andrade Brito, Gisele Adriana Satorno e  
Paula Daiane Lima de Moraes<sup>2</sup>

Este trabalho tem por intuito verificar a prática do Projeto Político Pedagógico, da Escola do Centro de Assistência Social Santo Antônio – ECASSA, localizada na cidade de Feira de Santana-BA. Possibilitará entender se o conjunto da escola propicia o andamento do Projeto Político ou norteia as finalidades da instituição.

Nesse sentido, constitui interesse mútuo, a compreensão do modo como os educadores desta instituição, em especial, compatibilizam as suas práticas com o que demanda a sociedade ou se reduzem suas práticas à falta de questionamentos acerca de novos caminhos a serem conquistados por uma educação melhor. Alguns chegam a avançar lentamente, outros desenvolvem em si a falta de perspectiva, a acomodação e desqualificação identitária. Cabe ressaltar, no entanto, que o corpo educativo tem papel de maior relevância em esclarecer quais questões tem ou não sido abordadas, implementadas e avaliadas – de modo que o mesmo esteja sempre em aberto.

Neste intuito, os objetivos dessa sondagem de campo, realizada a partir de um questionário distribuído a cinco professores, é perceber de que forma as escolas estaduais de Ensino Médio do Município de Feira de Santana-Ba têm colocado em prática o Projeto Político Pedagógico e quais os resultados obtidos a partir da implantação do mesmo; verificar o nível de conhecimento que os professores dessas escolas estaduais tem acerca do Projeto Político Pedagógico, sua participação na elaboração e aplicação do mesmo; relacionar a prática do Projeto Político encontrado, por meio de uma pesquisa bibliográfica; verificar e analisar os fatores que desencadeiam para a elaboração do Projeto Político Pedagógico na instituição de ensino.

Longe de intervir nas propostas pedagógicas, espera-se que as questões levantadas esclareçam as finalidades dessa instituição, a partir do pressuposto de que todos os pesquisadores na área de educação se interessem em compreender o processo político educativo que se tem e gerem, a partir daí, novas indagações no que tange o entendimento das práticas escolares, da legislação vigente e demais elementos constitutivos de interesses múltiplos.

No entanto, Cardoso (2000) salienta para o fato de repensar as ações, sua organização, funcionamento das instituições públicas, sua implantação e execução, a fim de que os gestores escolares tivessem consciência de sua postura enquanto sujeitos participativos da sociedade, garantindo responsabilidade no pleno exercício da cidadania.

Para que isso seja possível, este projeto requer tempo, vontade política e sugere-se que os recursos sejam bem definidos, e os dirigentes estejam dispostos a modificarem tal situação, para que o poder vertical possa, também, se esforçar em mudar essa concepção burocrática e fechada. Apesar de nossa herança patrimonialista e individualista, sem tais elementos é praticamente impossível atingir essa meta. É perceptível que somente as leis não podem dar conta do Projeto Político Pedagógico já que ao se propor exercer a democracia é necessário, antes de tudo, o fortalecimento da prática para que o mesmo de fato aconteça.

O Projeto Político Pedagógico, por conseguinte, deve ser vislumbrado a partir do amparo que a LDBEN 9394/96 proporciona aos envolvidos (instituições, gestores, professores e comunidade). A eficácia do mesmo dar-se-á, no entanto, se a níveis estaduais e municipais houver uma articulação dos envolvidos com intuito de unirem as instâncias da sociedade e escola, e estas participarem do processo.

Constitui-se como um processo complexo de debates, cuja concepção demanda não só tempo, mas também estudo, reflexão e aprendizagem. É quase impossível de se acreditar que num

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2.º Grau, sob a orientação da Professora Dra. Maria Emília Sardelich.

<sup>2</sup> Acadêmicas do Curso de Licenciatura em pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

País tão rico em leis, a percepção que se tem de organização social e educacional não seja justa. Essas mesmas leis precisam se mostrar ao ensino e à escola como modo de se alcançar uma gestão democrática participativa. É necessário, portanto, o exercício da democracia e a mudança de mentalidade.

Após a sondagem de campo e análise dos dados, pôde-se perceber que, nessa escola, o Projeto Político Pedagógico ainda não acontece da forma que a literatura consultada classifica de democrática, na qual toda a comunidade escolar esteja envolvida. É possível que ainda haja, provavelmente, um caráter hierárquico no modo de administrar a escola.

Como visto na literatura, a falta de uma gestão participativa, que promova a ligação com as partes envolvidas no projeto, retardam o seu processo, já que as discussões, acerca de questões referentes à parte social, não fazem valer as experiências e expectativas da comunidade. Partindo desse ponto, não foi possível perceber a prática do projeto político pedagógico entre os professores dessa escola, pois estes desconhecem dados sobre a sua existência ou, às vezes, acabam por confundir-se com os projetos de sala de aula. Segundo o depoimento de uma das professoras, o colégio não dispõe de uma coordenadora que caracterize os momentos de reuniões, como parte de um processo de elaboração de estratégias, até mesmo, para as práticas de sala de aula.

Um dos aspectos mais significativos da visita à escola foi o fato de uma professora desafiar qualquer colega que respondesse afirmativamente sobre a existência do Projeto Político Pedagógico e sua participação no mesmo. Afirmou, também, que a instituição escolar encontrava-se completamente desorganizada, sem perspectiva de quando haverá essa discussão. Também, que a gestão, aparentemente, manifesta-se de modo desinteressado, porém esse foi um depoimento oral, não registrado no questionário.

E, para a finalização deste trabalho em suas intenções, abre-se aqui a possibilidade de, em outro momento, realizarmos uma pesquisa mais profunda – que leve em consideração os aspectos de formação dos professores e outros aspectos que interferem no bom andamento dos projetos, bem como a implicação que estes têm na educação.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Jarbas José. Qualificação da Gestão da Escola: primeiros passos de um programa de âmbito estadual. Em aberto: Gestão escolar e formação de gestores. Brasília, v.17, 72, fev-junho 2000. p. 173-205.

CASTRO, Magali de. As instituições escolares rumo ao Terceiro Milênio: implicações no atual contexto de globalização na construção do projeto político pedagógico. Revista Educação, CEAP, Editora Federal de Minas Gerais, 1997.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. Escola Cidadã: A hora da sociedade. In: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). **Autonomia da Escola**: princípios e propostas. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000. p. 43-50.

\_\_\_\_\_. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Fundamentos para a sua realização. In: GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da Escola**: princípios e propostas. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000. p. 33-41.

MESSINA, Graciela. Mudança e Inovação Educacional: notas para reflexão. Cadernos de Pesquisa. da Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 114, nov. 2001, p. 225-233.

NÓVOA, Antonio (org). **Profissão Professor**. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1999.

PLANEJAMENTO estratégico da secretaria. Disponível em:< [http://www/sec.ba.gov.br](http://www.sec.ba.gov.br) >

PENIN, Sonia Teresinha de Souza. Projeto Político e Avaliação da Escola: o local e o global na sua definição. In: BICUDO, Maria A. Viggiani; SILVA JR. Celestino A. (orgs). **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 91-98.

ROMÃO, José E. Gestão Democrática do Ensino Público. Condição da reforma educacional brasileira. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs). In: **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000. p. 23-31.

TEIXEIRA, Lucia Helena Gonçalves. A organização escolar percebida em sua dimensão cultural. In: TEIXEIRA, \_\_\_\_\_. **Cultura Organizacional e Projeto de Mudanças em Escolas Públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 37-63.

TOSI, Maria Raineldes. Conselho de Escola: Teoria e Prática. In: BICUDO, Maria A. Viggiani; SILVA JR. Celestino A. (orgs). **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 173-205.

SERBINO, Raquel Volpato (org). **Formação de Professores**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

VASCONCELOS, Celso dos S. Projeto Político-Pedagógico: o Planejamento como Instrumento de Transformação. In: **Temas em Educação: Livro das Jornadas**, 2002.

VEIGA, Ima P. de Alencastro; REZENDE, Lucia Maria Gonçalves. **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos A. (org). **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.